- XLVII-**EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA: ENSAIO SOBRE ALGUMAS
QUESTÕES DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE
CAPITALISTA****Miguel Henrique Russo**

Universidade Cidade de São Paulo – UNICID

mh.russo@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Instado pelo discurso do presidente da república Jair Bolsonaro na sua campanha eleitoral e reiterado no seu discurso de posse, realizo esta reflexão com o intuito de desvelar o caráter ideológico da sua fala e de suas propostas para a educação, posto que ele considera ideológico exclusivamente a visão de mundo fundada na perspectiva de uma sociedade igualitária e sem antagonismos de classes. Revela, assim, não compreender o significado de ideologia e nem reconhecer sua própria visão de mundo como sendo uma.

Dentre suas falas destaco seu apoio ao Movimento Escola sem Partido e afirmações de que a educação no Brasil é ideologicamente marcada pelo marxismo, responsável, segundo ele, pela baixa qualidade do ensino e que é preciso formar cidadãos sem ideologia.

No mesmo diapasão suas afirmações de que é preciso extinguir da educação o “lixo marxista” e que sua vitória eleitoral salvou o Brasil do socialismo, são reveladoras de um pensamento primário que não é capaz de reconhecer a realidade complexa de uma sociedade desigual e dominada pelos interesses econômicos do capital e pela cultura burguesa.

Não somente a educação não produziu qualquer transformação significativa na formação político-ideológica da população, como não produziu um movimento que possa sugerir hegemonia de esquerda. Se assim fosse, o resultado da eleição teria sido outro.

O cenário criado com a posse de um político que se revela disposto a desfazer todos os avanços e conquistas das últimas décadas de governos progressistas exige a retomada de questões que podem orientar a luta dos educadores, com vistas a impedir o retrocesso.

Em face do apresentado acima, este texto tem por objetivo realizar uma reflexão sobre a presença da lógica do capital nas atividades típicas do setor social público, ou seja, naquelas ações que se localizam no campo das políticas sociais em face do reconhecimento de que elas atendem a necessidades humanas e direitos assegurados pela sociedade (cf. BRASIL, 1988)

POLÍTICAS SOCIAIS E DIREITO À EDUCAÇÃO

Saúde e educação são dois exemplos de campos objetos de políticas sociais. No primeiro caso, a sociedade, através do Estado, reconhece o direito de todo cidadão ao tratamento dos problemas de saúde, isto é, reconhece como direito de todos os homens o acesso aos benefícios resultantes do conhecimento científico e tecnológico produzidos historicamente pela humanidade como resultado do esforço de todos os indivíduos do gênero. Formalmente um direito que, na sociedade de classes, fica restrito àqueles das camadas dominantes.

Raciocínio idêntico pode ser feito em relação a educação. Entendida esta como um direito social, portanto, extensível a todos os indivíduos, é obrigação do Estado o seu oferecimento com igual qualidade ao universo dos cidadãos. Segundo o princípio republicano da igualdade de direitos, a educação oferecida pelo Estado tem que atender aos interesses da sociedade, em geral, com destaque aos da maioria trabalhadora. É, assim, um direito de cidadania.

Tendo em vista, entretanto, a submissão do Estado aos interesses dominantes, o que se constata é que a educação historicamente foi se transformando em instrumento de dominação da classe trabalhadora, em face da sua utilização ideológica (cf. ALTHUSSER, 1987; BOURDIEU e PASSERON, 2008; BAUDELOT e ESTABLET, 1971)

Nem de perto o atendimento dos interesses das camadas populares trabalhadoras constitui objetivo concreto da escola pública. Nesse contexto a única forma de superação desse quadro, é a classe trabalhadora impor seus interesses em relação a educação, ou seja, utilizar os mecanismos de controle da sociedade civil sobre o Estado que, no caso da educação, equivale a participar da administração da escola.

Este quadro, presente na escola pública, em geral, é responsável pelos resultados desastrosos que ela vem produzindo. Organizada para atender a um aluno idealizado, segundo os valores dominante, busca realizar finalidades que se distanciam dos interesses dos seus usuários e das suas possibilidades concretas de apropriação e atualização cultural.

ESTADO E EDUCAÇÃO

Em face da subsunção do Estado ao capital, a orientação geral das políticas públicas subordina-se aos interesses dominantes na sociedade. Assim, a educação pública reforça e reproduz a estrutura das classes sociais fundamentais. Não se pode esperar, assim, que a educação, mesmo a pública, seja uma prática social que contribua para a emancipação das camadas trabalhadoras do jugo do capital.

Nossa crença na capacidade da educação de servir de instrumento da desalienação política das camadas trabalhadoras, especialmente as populares, herdada do pensamento crítico, não tem se confirmado ao longo da história porque a lógica do capitalismo é dominante e não se altera mesmo que as condições sociopolíticas e econômicas, conjunturais, se modifiquem em decorrência das periódicas crises do sistema.

No momento histórico atual, o modelo de organização política e econômica é o denominado neoliberalismo cujas características fundamentais são conhecidas e percebidas na formulação das políticas públicas em geral. Nas políticas educacionais, foco do nosso interesse, cada vez mais são sentidas as orientações com aquelas marcas.

Uma característica das políticas educacionais de corte neoliberal é a centralização das decisões fundamentais nos órgãos centrais transformando as escolas em reprodutoras de programas e projetos concebidos no aparelho burocrático do Estado. No momento atual, são inúmeros os exemplos de políticas educacionais estabelecidas pelo Estado, nas três esferas de governo, para suas redes escolares, que se enquadram nesta perspectiva. Para não alongar os exemplos, citamos o caso das políticas do governo de Estado de São Paulo para sua rede escolar, agora sendo estendida para o âmbito nacional com a adoção da Base Nacional Comum Curricular (cf. AZZI e RUSSO, 2018)

Estas políticas ao subtraírem da escola a responsabilidade de pensar seu projeto escolar retira daquele espaço a oportunidade de se transformar em *locus* da reflexão e produção de ideias necessárias para orientar o trabalho coletivo e para colocar a educação a serviço dos interesses e necessidades das camadas trabalhadoras. Assim, aquelas políticas desestimulam qualquer reflexão coletiva no âmbito da escola posto que: o que, quando e como será ensinado aos alunos já está determinado pelo currículo imposto a todas as unidades daquela rede escolar.

As dificuldades para a construção e execução de projetos pedagógicos nas escolas são sentidas desde há muito tempo em decorrência das condições desfavoráveis para sua ocorrência, mesmo quando o Estado desenvolveu discurso favorável essas políticas no pós

LDB de 1996. Atualmente, as políticas em curso além de centralizadoras desestimulam a construção de projeto político-pedagógico pelas escolas.

Em face do aqui exposto, estou convencido de que é preciso recuperar a escola como local de reflexão coletiva e de produção de projetos pedagógicos que reflitam o pensamento e as necessidades dos agentes escolares (professores, alunos e comunidade) como única forma de reverter a subsunção da escola aos interesses do capital.

A superação desse quadro requer uma concepção ampla de educação e currículo que assegure a unidade nacional na diversidade regional, articulando igualdade e diferença, superando o modelo burocrático-homogeneizador e prescritivo, centrado em avaliações padronizadas e classificatórias.

SINTETIZANDO

As falas e propostas do governo Bolsonaro, que ora se inicia, têm fundamentos no liberalismo econômico, eivado por crenças conservadoras e religiosas que denunciam seu compromisso com os interesses dominantes na sociedade capitalista. A educação no capitalismo, como vimos, é prática que contribui para a dominação e para a exploração das camadas trabalhadoras. É preciso diante do cenário político que se apresenta manter viva a crítica e a utopia por uma educação contra hegemônica que contribua para a desalienação dos homens e para a emancipação das camadas trabalhadoras e populares.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

AZZI, Roberta G. e RUSSO, Miguel H. Base nacional comum curricular: consequências da sua adoção para a organização e administração escolar. in. OLIVEIRA, João Ferreira de (org.). *Política e gestão da educação básica, pós-obrigatória e da educação superior*. Recife: ANPAE, 2018.

BAUDELLOT, Christian; ESTABLET, Roger. *L'École capitaliste en France*. Paris: Ed. Maspero, 1971.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petropolis: Vozes, 2008.

BRASIL, Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988. Título II, Capítulo II, (DOS DIREITOS SOCIAIS), art. 6º.